

O potencial da agricultura familiar em produzir alimentos, agregar valores e gerar postos de trabalho

*The potential of family farming to produce food,
add value, and generate jobs*

*El potencial de la agricultura familiar para producir
alimentos, agregar valor y generar puestos de
trabajo*

Emanoel Anésio Andrade Ferreira

Universidade Federal de Jataí

emanoel_aaf@hotmail.com

Dimas Moraes Peixinho

Universidade Federal de Jataí

dimas_peixinho@ufj.edu.br

Resumo: A agricultura familiar apresenta grande potencial, seja na produção de alimentos, seja na criação de postos de trabalho e, sobretudo, um potencial de resistência. O presente trabalho tem como objetivo destacar a importância da agricultura familiar para a sociedade brasileira na produção de alimentos e geração de empregos. Para alcançar os objetivos, foram feitas análises a partir dos dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017, relacionando-os com a visão crítica de diversos autores. Os resultados demonstraram que a agricultura familiar, em números proporcionais, produz mais alimentos e, em números absolutos, tem mais capacidade de criar postos de trabalho no campo. Nesse sentido, conclui-se que esse tipo de produção precisa ser cada vez mais fortalecido, algo que somente é viável por meio de políticas públicas que tratem a referida classe como importante para a

economia do país e não como uma classe vulnerável.

Palavras-chave: O Pequeno produtor. Mercado Interno. Fortalecimento da classe.

Abstract: Family farming has great potential, both in food production and in job creation, and, above all, in its potential for resilience. This paper aims to highlight the importance of family farming for Brazilian society in food production and job creation. To achieve these objectives, analyses were conducted using data from the 2006 and 2017 agricultural censuses, comparing them with the critical perspectives of various authors. The results demonstrated that family farming, proportionally speaking, produces more food and, in absolute terms, has a greater capacity to create rural jobs. Therefore, it is concluded that this type of production needs to be increasingly strengthened, something that is only feasible through public policies that treat this class as important to the country's economy, not as a vulnerable class.

Keywords: The Small Producer. Internal Market. Strengthening the Class.

Resumén: La agricultura familiar posee un gran potencial, tanto en la producción de alimentos como en la creación de empleo y, sobre todo, en su potencial de resiliencia. Este trabajo busca destacar la importancia de la agricultura familiar para la sociedad brasileña en la producción de alimentos y la creación de empleo. Para lograr estos objetivos, se realizaron análisis utilizando datos de los censos agropecuarios de 2006 y 2017, comparándolos con las perspectivas críticas de diversos autores. Los resultados demostraron que la agricultura familiar, proporcionalmente hablando, produce más alimentos y, en términos absolutos, tiene mayor capacidad para generar empleo rural. Por lo tanto, se concluye que este tipo de producción necesita un fortalecimiento creciente, algo que solo es posible mediante políticas públicas que consideren a esta clase como importante para la economía del país, no como una clase vulnerable.

Palabras clave: El pequeño productor. Mercado interno. Fortalecimiento de la clase.

Introdução

A produção de alimentos no Brasil está cada vez menos favorecida pelas políticas públicas, visto que os privilégios para os grandes produtores existem de forma muito clara, enquanto que os programas que fomentam a compra de alimentos a preço justo para melhor distribuição em locais de mais difícil acesso tem seus orçamentos reduzidos, como é o caso do PAA (programa de Aquisição de Alimentos) e O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), (Alpino et al., 2020).

Cabe o destaque de que muitas políticas públicas voltadas ao pequeno produtor, são anunciadas com maiores valores a cada ano, porém existem vários problemas para acessar os créditos e subsídios, tendo obrigatoriedade de cumprir inúmeros requisitos para enfim conseguir receber tais incentivos (Alpino et al., 2020).

Algo que pode mudar o cenário exposto é o incentivo à produção de alimentos que respeita o meio ambiente, resultando em garantia de soberania alimentar e sustentabilidade (IMAFLOA, 2021).

Ao longo desta pesquisa será destaque a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, deixando claro que mesmo com as todos os privilégios aos grandes produtores, a agricultura familiar ainda resiste e permanece alimentando a população, se destacando como principal produtora da maioria dos alimentos primordiais para a base alimentar do país (Grisa, 2015).

O presente trabalho tem o objetivo de destacar a importância da agricultura familiar para sociedade brasileira, com alta capacidade de produzir alimentos para o consumo interno, gerar emprego e trazer ganhos significativos para a população, mas que está inserida em um sistema que privilegia os grandes produtores, ocasionando o enfraquecimento da classe e sua inserção no sistema capitalista agrário de concentração de rendas e terras como fornecedora de matéria-prima e mão de obra. Algo que precisa ser modificado, entretanto sem políticas públicas eficazes para fortalecimento da classe de agricultura familiar, isso não será possível.

Para alcançar os objetivos propostos, o texto está organizado em quatro subtítulos: no primeiro, destaca-se o papel da produção da agricultura familiar no

censo agropecuário de 2006, comparando o pequeno produtor familiar com a produção da agricultura empresarial no que diz respeito aos principais alimentos consumidos pelos brasileiros. Isto para evidenciar a importância do pequeno produtor para a sociedade, deixando nítido o retorno que este tipo de produção pode fornecer à população local e o mercado interno; a segunda parte tem a abordagem dos dados do censo agropecuário de 2017, novamente para elucidar a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no Brasil; a terceira parte, será pautada na capacidade de gerar empregos, visto que a maior parte da mão de obra no campo está inserida na agricultura familiar; na quarta parte, foi contextualizado sobre a ideia que é repassada a sociedade para legitimar as ações das grandes produções, ideias estas que não condizem com a realidade.

Materiais e métodos

Nos dois primeiros subitens: “A potencialidade da agricultura familiar em produzir de alimentos com base na área cultivada - censo agropecuário de 2006” e “A potencialidade da agricultura familiar: área cultivada e valor bruto da produção - censo agropecuário de 2017”, foram verificados os dados do censo agropecuário de 2006 e 2017, a fim de elucidar a capacidade de produção da agricultura familiar no contexto da produção de alimentos do Brasil.

No cenário da produção de alimentos por parte da agricultura familiar no censo agropecuário de 2017, o foco esteve relacionado a área utilizada para a produção, enfatizando a grande capacidade de produção da agricultura familiar, mesmo em áreas menores, propondo que se a área destinada a esse perfil de produção fosse maior, certamente o retorno para o mercado interno, no contexto de renda e preço de alimentos, seria mais significativo.

Em referência ao subitem “O potencial da agricultura familiar na geração de postos de trabalho - censo agropecuário de 2017”, foram utilizadas algumas fórmulas matemáticas apoiadas nos dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017, enfatizando a capacidade da agricultura familiar alocar muito mais mão de obra, mesmo em área menor.

No item “Os resultados dos censos contradizem as ideias propagada”, há uma discussão para destacar a tentativa de legitimar a concentração de terras e lucros, trazendo propagandas à população para alcançar esta legitimação.

Para contextualizar os dados e analisar de forma crítica a ocupação proporcionada pela expansão do agonegocio, foram utilizadas obras de importantes autores, tais como: Ramalho e Silveira Neto (2012), Del Grossi (2016), Alentejano (2011), Novais e Romero (2009), Delgado e Bergamasco (2017) e Oliveira (2010).

Resultados e discussões

A potencialidade da agricultura familiar em produzir de alimentos com base na área cultivada - censo agropecuário de 2006

No Brasil, existem muitos mecanismos e aparatos a fim de deslegitimar a produção da agricultura familiar, entretanto os resultados dos censos agropecuários foram extremamente satisfatórios no contexto de produção para o mercado interno e relevância da produção para a alimentação básica dos brasileiros.

Os dados a seguir nos permite verificar estas afirmativas. Observamos no quadro 1.

Cultura	%
Arroz	34%
Aves	50%
Bovinos	30%
Café	38%
Feijão	70%
Leite	58%
Mandioca	87%
Milho	46%
Suínos	59%
Trigo	21%
Área total	24,30%
Estabelecimentos rurais	84,40%

Quadro 1 – Porcentagem da produção da agricultura familiar, censo 2006

Fonte: IBGE (2010). Organização do Autor

A partir do quadro 1, é possível verificar que os alimentos listados fazem parte dos mais consumidos pela população, portanto a produção da agricultura familiar é de grande importância para a base alimentar brasileira. A partir desses fatores, o IBGE destacou que: “apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente) a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para mercado interno” (IBGE, 2010, p. 20).

Apoiado em Rodrigues et al. (2021)¹, é possível relacionar quais os alimentos mais consumidos pelos brasileiros, nesse sentido os autores elencaram 19 alimentos no primeiro estudo (2008-2009) e 21 no segundo estudo (2017-2018).

Correlacionando o quadro 1, resultados dos dados do IBGE do censo agropecuário de 2006, com os resultados dos estudos de Rodrigues et al., (2021), foi possível constatar que pelo menos 7 dos alimentos produzidos pela agricultura familiar no Brasil estão entre os 20 mais consumidos, sendo eles: arroz, café, feijão, carne bovina, aves, leite e milho.

Nesse contexto, a título de comparação, elabora-se a expressão matemática a seguir, a fim de realçar que se a área utilizada pelas grandes

propriedades produzisse para o fornecimento de alimentos para o mercado interno, os resultados seriam extremamente satisfatórios.

A expressão matemática (baseada nos resultados do quadro 1), elaborada com o objetivo de projetar uma maior produção dos alimentos destacados, foi desenvolvida da seguinte maneira:

$$\% \text{ por } A Af = \frac{\% Af}{A Af}$$

$$\text{Projeção} = \% \text{ por } A Af . A Gp$$

¹ Para definir quais os alimentos mais consumidos pelos brasileiros, “foram utilizados dados dos Inquéritos Nacionais de Alimentação de 2008-2009 e 2017-2018”, este inquérito obteve seus dados a partir da pesquisa com pessoas com 10 anos ou mais de idade. No primeiro, 2008-2009, foram consultadas 34.003 pessoas a partir dos seus registros alimentares, o segundo, 2017-2018, o total foi de 46,164 pessoas. Esta consulta foi realizada durante dois dias não consecutivos. Nesse sentido “Identificaram-se os 20 grupos de alimentos mais frequentemente referidos nos dois inquéritos”, vale ressaltar que o método utilizado por Rodrigues et al. baseia-se nas fontes proporcionadas pelo National Cancer Institute (Rodrigues et al., 2021, p. 01).

Portanto “% por A Af” significa o resultado da divisão entre a porcentagem de determinada cultura produzida na agricultura familiar e área em que o IBGE destacou como sendo de ocupação da agricultura familiar. Após a obtenção deste resultado, multiplica-se pelo valor da área a qual o IBGE delimitou como sendo de grandes produtores. Portanto os significados das siglas são os seguintes:

% por A Af: porcentagem de produção dividido pela área de agricultura familiar;

% Af: porcentagem de produção de agricultura familiar;

A Af: área ocupada pela agricultura familiar;

A Gp: área ocupada por grandes produtores.

Nos parâmetros descritos, foram obtidos os resultados expostos no quadro 2.

Alimentos	Produção	Projeção
Arroz	34,00%	69,90%
Aves	50,00%	102,80%
Bovinos	30,00%	61,69%
Café	38,00%	78,14%
Feijão	70,00%	143,95%
Leite	58,00%	119,20%

Quadro 2 – Projeção da produção

Fonte: IBGE (2010). Organização do Autor

A título de entendimento, verifica-se o exemplo no caso da cultura do arroz utilizando a formula descrita: em primeiro momento houve a divisão da porcentagem produzida pela agricultura familiar (34%) pela área caracterizada pelo IBGE como ocupada pela agricultura familiar (17,7 milhões de hectares), o resultado foi de 1,9% da produção por hectare, posteriormente apropria-se do resultado (1,9%), e o multiplica pela área em que o IBGE caracterizou como destinada à grandes propriedades, o resultado obtido foi de praticamente 70%, resultando em uma diferença de mais de mais de 35%, ou seja, o dobro dos resultados obtidos em primeiro momento.

Nesse contexto, dois alimentos imprescindíveis para a alimentação da população, teriam o dobro de sua produção (arroz e bovinos), caso a área

ocupada de agricultura familiar fosse do tamanho da utilizada pelos grandes produtores. Já o caso do café teria um crescimento de quase 80%. Há ainda o destaque no caso das aves, feijão e leite que ultrapassam os 100%, com destaque maior para o feijão, o qual se aproxima dos 150%.

E os resultados mostram que mesmo que não alcancemos as porcentagens retratadas nas projeções, porque a concentração de terra é algo que faz parte do Brasil desde 1500, pensar formas de melhorar a agricultura familiar em todos os aspectos é imprescindível, pois a mesma se mostra a cada censo, a cada pesquisa, a cada resultado, que é o mais importante setor no que concerne à produção de alimentos no país (IBGE, 2019).

Cabe realçar que o retorno acontecerá em diversas áreas, sobretudo na renda da população local e preço dos alimentos (Oliveira, 2010).

A potencialidade da agricultura familiar: área cultivada e valor bruto da produção - censo agropecuário de 2017

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, é notável a resistência por parte da agricultura familiar, mesmo inserido em um domínio que preza pela comoditização e concentração fundiária.

A afirmação do parágrafo anterior, mostra coincidentes valores, 23% do total de área e 23% do valor bruto da produção da produção. Se houver uma análise destes valores, é possível realizar uma projeção de acordo com a fórmula descrita no item anterior. Portanto a projeção será realizada verificando alguns dados referentes ao agronegócio e agricultura familiar. Observe o quadro 3 a seguir:

Sistema de produção	% de ocupação em ha	% de VBP produção
A.F	23%	23%
A.G.	77%	77%

Quadro 3 – Ocupação de área e VBP por sistema de produção

Fonte: IBGE (2019). Organização do Autor

O quadro 3, foi produzido para facilitar o entendimento da discussão, nesse sentido foram realizadas projeções de cunho comparativo e buscando proporcionalidade, aplicando a fórmula descrita no item anterior. Destaca-se ainda que a sigla A.F. significa “Agricultura Familiar” e A.G. significa “Agronegócio”.

Nesse contexto, considerando que se a agricultura familiar estivesse preparada para seguir um crescimento proporcional entre % de área e % da produção, verifica-se que a % da produção se elevaria para 77% de representatividade, algo que traria um ganho significativo para o mercado interno.

A partir das contextualizações de Medeiros (2010) e Oliveira (2010), entende-se que a organização do Brasil como país não foi feita para fazer com que essas projeções se tornem reais, entretanto estes cálculos são importantes para evidenciar o potencial de crescimento do setor.

Resistir aos grandes latifundiários e que tem concentrada as terras brasileiras sob seus domínios é cada vez mais uma tarefa árdua para os produtores familiares, algo que poderia ser suprido somente com a força das políticas públicas (Oliveira, 2010). Para contextualizar de forma mais aprofundada, utiliza-se o quadro 4.

	Estabelecimentos		Área (ha)	
A.G.	305 385	35,10%	17 987 474	7,10%
A.F.	-407 697	-9,50%	-377 695	-0,50%
Total	-102 312	25,6%	17 609 779	6,6%

Quadro 4 - Censo Agro: Variações de 2006 a 2017

Fonte: IBGE (2019). Organização do Autor

O quadro 4 é organizado na horizontal, destacando se houve aumento ou diminuição de estabelecimentos e área (há) para a agricultura familiar e o agronegócio. Nesse sentido, no caso dos estabelecimentos houve o aumento equivalente a 35,10% para o agronegócio e a diminuição em 9,5% para a agricultura familiar, no que se refere à área, no caso do agronegócio aumentou 7,10% em comparação com o censo de 2006, já para a agricultura

familiar a diminuição foi de quase meio %. Os totais, no quadro 4, se referem a diferença entre o agronegócio e agricultura familiar.

De um censo para outro, há o intervalo de 11 anos. Levando isso em consideração, destacando que a tecnologia no campo (nas áreas de produção não familiar porque os equipamentos são mais caros, dificultando o acesso do pequeno produtor) tem crescido de forma extremamente relevante (máquinas, hardware e software, fertilização do solo, alteração nos genes das sementes, irrigações e outros), entretanto, em maior parte, sempre com o objetivo de suprir as demandas do setor agroexportador, é nítido que a produção tem aumentado cada vez mais por conta desses fatores (IBGE, 2019).

O que é destacado como problema por Oliveira (2010) é que mesmo com todo esse aparato tecnológico, ao longo de todos esses anos, não vigorou no Brasil uma política de reforma agrária pertinente a ponto de trazer o entendimento de que o campo trilha por caminhos favoráveis.

O que se pode verificar é o contrário da afirmação, pois os caminhos trilhados se caracterizam da seguinte forma: estrutura é viabilizada para haver cada vez mais lucro, cada vez mais concentração de terras, cada vez mais concentração de renda e cada vez menos benefícios para a população local e para o pequeno produtor (Oliveira, 2010).

É imprescindível lembrar que toda essa tecnologia, deveria ser utilizada para diminuir a concentração de terras, pois todo esse aparato poderia servir como potencial viabilizador da produção em maior quantidade, porém em menor espaço de terras, entretanto, o que é notabilizado é que quem está envolvido no setor agroexportador, não esboça preocupação em diminuir qualquer que seja o fator para beneficiar a natureza ou outra classe de produtores, mas investem em tudo o que podem, de forma sem precedentes, pensando em lucrar cada vez mais, não trazendo retorno proporcional ao que têm de benesses por parte das políticas públicas (Oliveira, 2010).

O potencial da agricultura familiar na geração de postos de trabalho - censo agropecuário de 2017

Com base nos dados do quadro 4, observa-se que a quantidade de área cultivada aumentou na agricultura não familiar e na produção familiar houve diminuição de trabalhadores. Porém se utilizarmos a seguinte fórmula matemática é constatado a incapacidade de gerar novos postos de trabalho na agricultura não familiar, enquanto que na produção familiar a capacidade de geração de empregos tem um potencial extremamente acentuado. A fórmula trabalhada foi a seguinte:

$$T. \text{ por ha A. } \tilde{n}. F. = \frac{T\tilde{n}}{A A\tilde{n}F}$$

$$T. \text{ por ha A. F.} = \frac{T}{A AF}$$

A fórmula elaborada para a compreensão das discrepâncias entre o crescimento no número de trabalhadores inseridos na produção não familiar e os inseridos na agricultura familiar segue as seguintes nomenclaturas:

T.por ha A.ñ.F.: taxa de crescimento de trabalhadores por hectare inseridos na agricultura não familiar;

Tñ: taxa de crescimento absoluto no número trabalhadores entre 2006 e 2017 no setor de agricultura não familiar;

A AñF: taxa de crescimento da área cultivada entre 2006 e 2017 no setor de agricultura não familiar;

T.por ha A.F.: taxa de decréscimo no número de trabalhadores por hectare inseridos na agricultura familiar;

T: taxa de decréscimo no número de trabalhadores entre 2006 e 2017 no setor de agricultura familiar;

A AF: taxa de decréscimo na área cultivada entre 2006 e 2017 no setor de agricultura familiar;

Com base nos resultados a partir da fórmula mencionada obteve-se os resultados apresentados no seguinte quadro:

-	Agricultura não familiar	Agricultura Familiar
Área ha	17987474	-377695
Trabalhadores	702906	-2165986
Trabalhadores por ha	0,0391	5,735

Quadro 5 – Variação no número de trabalhadores e área ha (2006 a 2017)

Fonte: IBGE (2019). Organização do Autor

Fundamentado no quadro 5, verifica-se que a área de cultivo da agricultura não familiar cresceu 17.987.474 hectares, enquanto que a área de agricultura familiar apresentou decréscimo de -377.695 hectares. No caso do número de trabalhadores a agricultura não familiar obteve aumento no número de 702.906 trabalhadores, enquanto que a agricultura familiar registou um índice de - 2.165.986 posto de trabalho.

Ao aplicar a fórmula descrita, obtém-se o resultado de 0,0391 trabalhadores por hectares “ganhado” da área de produção não familiar, enquanto que se comparado os postos de trabalho com a área “perdida” da agricultura familiar, é possível obter o registro de que a cada hectare perdido, perdeu-se também o número de 5,735 postos de trabalho.

Isto evidencia a concentração de terra extremamente crescente, em paralelo a pouca capacidade de trazer empregos para as pessoas do campo, resultando em pouco retorno para a população, no contexto do emprego da renda.

É nítida a capacidade da agricultura familiar trazer emprego para a população enquanto que a agricultura não familiar apresenta resultados irrisórios, pois sua área cresce de forma exponencial enquanto que os postos de trabalho quase não apresentam aumento.

Outra situação agravante ao analisar os dados do quadro 5, é que fica claro que os trabalhadores que perderam seus postos de trabalho na agricultura familiar, não foram realocados no setor de agricultura não familiar. Em números absolutos, essa realocação corresponde a apenas 32%, ou seja, com a concentração de renda e o favorecimento por parte das políticas públicas aos produtores não familiares, houve enfraquecimento da classe de agricultura familiar (IBGE, 2019).

Questionando de forma pertinente, há ainda a seguinte dúvida: quais os caminhos que os 64% dos trabalhadores que não continuaram nem na agricultura familiar nem no campo estão percorrendo? certamente estarão em posto de trabalho no setor urbano, que acarreta em um série de novos desafios, em que terão que se adaptar a vida urbana e aprender a viver com rendimentos inferiores aos que obtinham no campo e maior custo de vida, agravando ainda mais na diminuição de pessoas que participam da agricultura familiar e que pretendem a fortalecer (CONTAG, 2016).

O crescimento da área de agricultura não familiar, mesmo sendo o equivalente a 22% de toda a área de agricultura familiar, não foi capaz de realocar os 64% de trabalhadores que perderam seus postos de trabalho (Ramalho e Silveira Neto, 2012).

Seria extremamente mais satisfatório, caso a área acrescida a produção não familiar, fosse destinada a agricultura familiar, reforma agrária e desconcentração de terras, pois, com base nos cálculos já mencionados, a capacidade da agricultura familiar de criar postos de trabalho é de quase 150 vezes mais, se comparado com a agricultura não familiar (Ramalho e Silveira Neto, 2012).

Os resultados dos censos contradizem as ideias propagadas

As divulgações na mídia sempre apresentam distorções a fim de manipular a maior parte da população, com a finalidade de fortalecer a produção não familiar e trazer fragilidade a agricultura familiar, isto na concepção dos leitores e telespectadores (UFMS, 2022). Nesse contexto, foi amplamente divulgada a informação de que a produção de agricultura não familiar obteve crescimento enquanto que a familiar decaiu. Observe as manchetes.

Agro nacional soma 28,3 milhões de trabalhadores e equivale a 26,8% do total de ocupações no Brasil, diz CNA/USP

MERCADO DE TRABALHO/CEPEA: EM 2023, NÚMERO DE PESSOAS TRABALHANDO NO AGRONEGÓCIO É RECORDE

Impacto do agro no mercado de trabalho: mais de 21,2 mil novos empregos em agosto

Número de trabalhadores no agro brasileiro bate novo recorde e chega a 28,6 milhões de pessoas

Figura 2 – Manchetes sobre trabalhadores do agro

Fonte: G1 (2024); CEPEA (2023); CNM (2024); SASP (2024). Organização do autor

Ao observar as manchetes², é possível verificar que o papel que se busca desempenhar é da promoção da agricultura não familiar e o setor agroindustrial, entretanto ao analisar os números, identifica-se que quanto mais o setor da agricultura não familiar prospera, menos postos de emprego (Passini, et al., 2024). No quadro a seguir, é possível constatar a afirmação supracitada:

Ano	Agricultura não familiar	Agricultura Familiar	Total
2006	4.286.660	12.281.545	16.568.205
2017	4.989.566	10.115.559	15.105.125

Quadro 6 – Total de trabalhadores no campo

Fonte: IBGE (2019). Organização do Autor

²Links das manchetes:

<https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2024/03/14/trabalhadores-do-agro-nacional-soma-283-milhoes-de-pessoas-e-equivale-a-268percent-do-total-de-ocupacoes-no-brasil-diz-cnausp.ghtml>

<https://www.cepea.org.br/br/releases/mercado-de-trabalho-cepea-em-2023-numero-de-pessoas-trabalhando-no-agronegocio-e-recorde.aspx>

<https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/impacto-do-agro-no-mercado-de-trabalho-mais-de-21-2-mil-novos-empregos-em-agosto>

<https://agricultura.sp.gov.br/2024/07/11/numero-de-trabalhadores-no-agro-brasileiro-bate-novo-recorde-e-chega-a-286-milhoes-de-pessoas/>

Embasado nos dados do quadro 6, é possível observar que a quantidade de pessoas trabalhando no campo apresentou decréscimo, mesmo com a área da agricultura não familiar aumentando, desse modo, em 2006 havia a

O quadro 6, e as explicações de Del Grossi (2016), evidenciam algo extremamente grave, ou seja, mesmo com uma expansão de área em torno de 7%, que é algo exponencialmente relevante se considerarmos toda a área já ocupada e toda a tecnologia empregada, o total de pessoas trabalhando no campo teve decréscimo de quase 1 milhão e meio. Fundamentado nesse contexto é possível afirmar que o emprego não anda em paralelo com o crescimento da produção no setor, mas o que se tem é uma expansão na produção enquanto que a quantidade de pessoas inseridas nesse mercado tem diminuído cada vez mais.

Não seria necessário expandir ainda mais a fronteira agrícola, com as terras já utilizadas seria possível obter safras cada vez maiores ao juntar: área já utilizada com a tecnologia que avança cada vez mais. Entretanto a política das commodities e busca incessante por lucro faz com que a ordem das grandezas, trabalhador e expansão da produção da agricultura não familiar, seja inversamente proporcional, melhor dizendo, à medida em que a produção da agricultura não familiar cresce, a quantidade de trabalhadores no campo diminui (Del Grossi, 2016).

Para ilustrar, principalmente as afirmações supracitadas, verifica-se a seguinte figura.

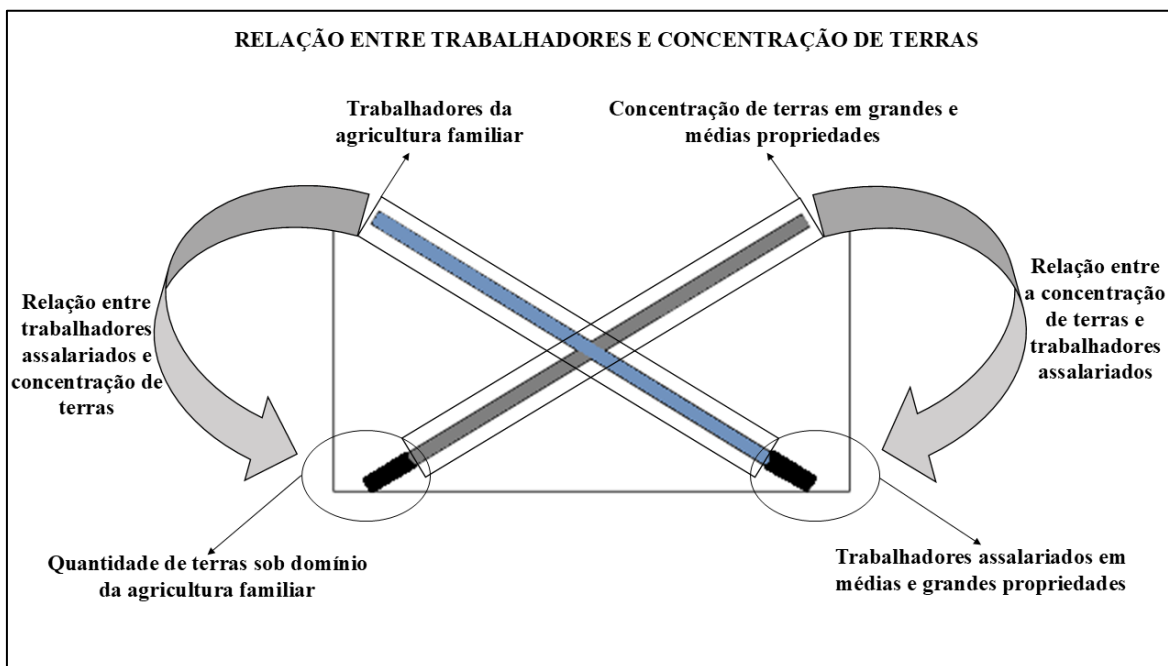


Figura 3 – Relação campo e trabalho

Fonte: IBGE (2019). Organização do Autor

A figura 1 ilustra a relação entre a quantidade de pessoas inseridas no campo nos dois setores, agricultura familiar e a não familiar.

Para o entendimento sobre a análise esquematizada, observa-se a barra em diagonal de coloração azul, essa barra ilustra a quantidade de trabalhadores da agricultura familiar, e traz como característica um maior tamanho para ilustrar a concentração do número de trabalhadores na agricultura familiar, enquanto que a parte mais inicial na referida barra, de coloração preta, indica uma pequena parte de trabalhadores que correspondem aos inseridos em médias e grandes propriedades.

De coloração cinza, a barra também em sentido vertical, porém de lado contrário, indica a concentração de terras, portanto verifica-se uma grande parte da barra correspondendo a grandes e médias propriedades (cinza), enquanto que a área que é ocupada pela agricultura familiar é extremamente menor, representada pela parte preta da referida barra (parte inicial).

As setas maiores indicam a relação entre trabalho e concentração de terras em que a quantidade de trabalhadores que estão concentrados em áreas de grande propriedade é extremamente menor, se comparada com a

quantidade dos trabalhadores inseridos nas produções de agricultura familiar.

Esse não é o cenário ideal, visto que o crescimento na produção no campo brasileiro, que é proveniente de políticas públicas, deveria trazer um maior retorno para todas as classes e não haver concentração de renda e terras nas mãos de poucos, enquanto que a maioria vive cada vez mais subordinada às classes de donos de propriedades médias e grandes, bem como as agroindústrias e grandes empresas e perdendo suas quantidades absolutas e sua essência. Portanto o crescimento deveria ser proporcional para todos e não apenas crescimento no lucro que fica concentrado nas mãos da minoria, os médio e grandes produtores, as agroindústrias e as grandes empresas (Alentejano, 2011).

A partir da conjuntura apresentada, verifica-se que mesmo a agricultura familiar passando por processos de transformações proporcionados pelo capital, a sua contribuição, mesmo tendo sua definição minada pelas leis, decretos e políticas públicas no geral, tem resistido e apresentado relevante contribuição para a sociedade, com abastecimento do mercado interno, capacidade de oferecer emprego e renda, consequentemente resultando em melhores condições de vida para as pessoas inseridas no campo e as que fazem parte de toda a cadeia produtiva, isto é, o mercado interno (Delgado e Bergamasco, 2017).

Considerações finais

A contradição, sobretudo no Brasil, é cada vez mais evidente, pois o país apresenta safras recordes ano após anos, entretanto quando se acompanha dados sobre a inflação, quase sempre a “letra miúda” menciona que a inflação do país foi puxada pelo aumento no preço dos alimentos, algo que deveria ser veementemente questionado e criticado pela população para que as grandes empresas e grandes produtores expliquem os motivos desse contraste. Não é possível que em um país que tem a produção agropecuária “navegando de vento em popa”, ano a ano, década a década,

ainda registre índices de insegurança alimentar e tenha a sua inflação crescente, com grande contribuição dos preços dos alimentos.

Para mitigar os problemas apresentados e buscar uma nova rota, contrária à percorrida pela agropecuária brasileira, conclui-se que uma das formas de reduzir a problemática é tentar relacionar a produção de alimentos à vida local, pois a produção camponesa é de mais fácil comprometimento com a sociedade dos locais e capaz de desenvolver uma produção mais barata.

Nesse contexto, o problema da fome pode ser amenizado caso haja a possibilidade de os camponeses estarem inseridos no mercado local, isto significa estar inserido no mercado interno e não no sistema global de acúmulo de capital proveniente da renda da terra.

A produção sendo desenvolvida dessa forma proposta nessas considerações, resultará em aumento da renda local, diversidade de alimentos condições mais saudáveis, bem como favorecimento a sociedade que reside nestas localidades específicas, sobretudo na questão do emprego e renda da população interna.

Referências

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. *Terra Livre*, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

ALPINO, Tais de Moura Ariza; *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WzFTtKyHfXz3dGbLKyVRhcg/>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Diário Oficial da União: seção 1,

Brasília, DF, ano 143, n. 142, p. 2, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado*. 2016. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_1879374735_13122016174616.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução recente da agricultura brasileira. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 100-113, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/940>. Acesso em: 18 jun. 2025.

DELGADO; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Agricultura Familiar. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 1 jun. 2025.

IMAFLOA. *Produção de alimentos no Brasil: geografia, cronologia e evolução*. Piracicaba – SP: Imaflora, 2021.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: avanços, limites e desafios. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 43-65, jan./abr. 2010.

OLIVEIRA. *A questão agrária no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA. Agricultura e indústria no Brasil. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 5, n. 10 Ago., p. 5-64, 2010.

OLIVEIRA. Agricultura familiar: é pequena produção camponesa? In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 47-66.

PASSINI, João José; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; ROCHA, Flávio de Matos; KRETER, Ana Cecília. Evolução da Agroindústria Rural Familiar no Brasil: um olhar para a dimensão econômica. *Redes: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 29, n. 1, p. 1-20, jul. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.18463>. Acesso em: 7 jun. 2025.

RAMALHO, H. M. de B., & Silveira Neto, R. da M. (2012). A inserção do migrante rural no mercado de trabalho urbano no Brasil: uma análise empírica da importância dos setores informal e formal. *Estudos Econômicos* (São Paulo), 42(4), 731-771.

RODRIGUES, R. M.; SOUZA, A. M.; BEZERRA, I. N.; PEREIRA, R. A.; YOKOO, E. M.; SICHIERI, R. Evolução dos alimentos mais consumidos no Brasil entre 2008-2009 e 2017-2018. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 55, supl. 1, p. 4s, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003406>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Emanoel Anésio Andrade Ferreira

Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Jataí (UFJ). Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) na área de concentração Ambiente e Sociedade na linha de pesquisa de Planejamento e Gestão Territorial. Atualmente é professor efetivo de educação básica - Secretaria de Estado de Educação do Estado do Mato Grosso.

E-mail: emanoel_aaf@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5532438715413218>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6587-4196>

Dimas Moraes Peixinho

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor titular da Universidade Federal de Jataí. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: cerrado, arenização, cerrados, ocupação, agricultura familiar, desenvolvimento regional e solos.

E-mail: dimas_peixinho@ufj.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8010725751887986>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1400-3213>

Recebido para publicação em agosto de 2025.

Aprovado para publicação em novembro de 2025.